

## **CATALOGAÇÃO CENTRALIZADA: O CASO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG NO TRATAMENTO DE REGISTROS DE AUTORIDADE**

*Maria Madalena Pereira de Almeida Rocha<sup>1</sup>, Vilma Carvalho de Souza,<sup>2</sup> Jacqueline Pawlowski Oliveira<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> Especialista em Gestão da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Bibliotecária, UFMG, Belo Horizonte, MG

<sup>2</sup> Especialista em História da Ciência pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Bibliotecária, UFMG, Belo Horizonte, MG

<sup>3</sup> Mestranda em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Bibliotecária, UFMG, Belo Horizonte, MG

### **Resumo**

A catalogação como procedimento de criação de formas de representação descritiva documentária está presente em praticamente todos os processos da gestão da informação. Para cumprir seu papel de proporcionar acesso à informação é preciso que ela seja padronizada, tenha qualidade e possibilite ajudar a todos que buscam informação a encontrar o que precisam com rapidez e precisão. Em atenção a esta premissa o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG), por meio da Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação (DITTI), vem trabalhando na elaboração de um projeto que visa oferecer excelência no tratamento da informação. Tal projeto propõe a implantação do controle centralizado de autoridades, que contará com a união de esforços de pessoas especializadas nesta área, formando uma equipe que possa atuar de modo integrado, eliminando a duplicação de serviços e trazendo benefícios significativos para toda a instituição. Este trabalho objetiva apresentar projeto inicial de implantação do controle centralizado de autoridades proposto para o Sistema de Bibliotecas da UFMG.

### **Palavras-Chave:**

Controle centralizado de autoridade; Registro de autoridade MARC; Universidade Federal de Minas Gerais - Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas

### **Abstract**

Cataloging as a process of representing bibliographic resources in an online catalog is always present in information management. The use of an international instrument, Anglo-American Cataloguing Rules, second edition (AACR2 2002), and quality control of cataloging allows users to access their information needs. To reach this goal, the Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação (DITTI) of the Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG) works in a project which aims to reach excellency in authority control. This project proposes to implement a centralized work of authority control with a specialized and integrated staff. The project's implementation intends to eliminate work duplication and thereby to bring significant benefits to the institution as a whole. This paper aims to present the draft project of the implementation of centralized work of authority control in the Sistema de Bibliotecas da UFMG.

**Keywords:**

Authority control; MARC Authority Record; Universidade Federal de Minas Gerais - Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas

## **1 Introdução**

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais – SB/UFMG é composto por vinte e seis bibliotecas que oferecem vários serviços e produtos de informação indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino, extensão e atividades fins da universidade. Antes da automação das Bibliotecas do SB/UFMG, os materiais bibliográficos eram catalogados em fichas manuais. Na década de 1970 foi criado o BIBLIODATA/CALCO, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV – com a finalidade de se implementar no Brasil uma rede de catalogação cooperativa objetivando a cooperação e intercâmbio de informações bibliográficas e documentais nacionais. Sempre na vanguarda, a UFMG aderiu a esse projeto e passou a fazer parte da rede como biblioteca cooperante. A catalogação era feita nas bibliotecas do Sistema e enviada para a FGV em arquivos, que tinham seu conteúdo integrado às microfichas e as fichas catalográficas eram distribuídas entre as bibliotecas participantes. Nesse ínterim as bibliotecas do sistema passaram por vários processos de automação, conversão de dados e trocas de softwares: Microisis, VTLS e atualmente o Pergamum.

Em 1998, com a aquisição do *software* de gerenciamento de bibliotecas VTLS (Virgínia Technical Library System), houve um grande esforço por parte dos bibliotecários da Universidade em adequar a realidade das atividades realizadas nas bibliotecas da UFMG à um software de gerenciamento adquirido em outro país, onde o idioma e o fluxo de atividades eram diferentes dos padrões adotados nas bibliotecas universitárias brasileiras. Com a reunião desses profissionais foi criada em 1998 a Central de Controle da Qualidade da Catalogação – CCQC (hoje Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação – DITTI) com o objetivo de orientar sobre a utilização do software e verificar a qualidade da catalogação do SB/UFMG. Posteriormente, foram incorporadas à esta Divisão outras funções como: ministrar cursos para catalogadores do sistema, orientações sobre catalogação, elaboração de comunicados de normas técnicas sobre catalogação e padrões utilizados pela UFMG, além de suporte para as atividades de catalogação das unidades do SB/UFMG. Juntamente com a DITTI, os Grupos de Trabalho já existentes contribuíram para desenvolvimento de melhores técnicas para as atividades de catalogação. Atualmente, a DITTI conta com duas bibliotecárias para realizar diversos serviços, além do controle da qualidade da base de dados do catálogo coletivo da UFMG que contém mais de 500.000 mil registros bibliográficos e mais de 1.000.000 registro de autoridades.

Com o objetivo de aprimorar as práticas de catalogação a DITTI juntamente com o Grupo de Trabalho de Catalogação buscou medidas que favorecessem as atividades de tratamento da informação. Houve um período em que o SB/UFMG participava da catalogação cooperativa da Rede Bibliodata, porém, cada biblioteca catalogava seu material e enviava os dados à FGV. O trabalho realizado com a catalogação cooperativa trouxe um grau elevado de precisão, pois, ao trabalhar juntos os profissionais tiveram a oportunidade de trocar experiências e usufruir do trabalho em equipe. Já a prática de catalogação centralizada não é uma atividade comum utilizada pelo SB/UFMG. A catalogação descentralizada ocasiona inconsistência nos dados inseridos na base o que faz com que seja necessária uma atuação

maior em relação à correção e padronização dos registros inseridos. A partir de 2004 o SB/UFMG deixou de integrar a Rede Bibliodata, mas passou a comprar e utilizar o CD-ROM com as Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos, produzidas pela Rede Bibliodata, para controle das autoridades.

Outro ponto que ocasionou inconsistências na base de dados do SB/UFMG foi a conversão e migração dos registros do *software* VTLS para o Pergamum em 2004. Atualmente a base ainda apresenta problemas, principalmente com referência à qualidade, tanto nos registros bibliográficos quanto nos registros de autoridade. Dentre os principais problemas encontrados podemos destacar:

### Registros de Autoridades

- duplicidade de registros de autoridades MARC;
- uso de cabeçalhos de assunto e nomes não autorizados (tomando como referência as Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos da FGV);
- uso inadequado de subdivisões de assunto, ou seja, subdivisões que devem ser usadas como cabeçalho de assunto tópico e são usadas como subdivisões e vice-versa;
- uso inadequado de cabeçalhos geográficos, tanto na subdivisão como no cabeçalho de assunto principal;
- criação de registros de autoridades de séries e eventos indevidos;
- registros de autoridades vazias, sem vínculo com títulos cadastrados; termos com mais de um registro completo de autoridade;
- campos fixo 008 do Registro de Autoridade MARC incompletos (sem edição);
- registros de autoridades incompletos, que foram gerados automaticamente;
- vários campos com indicadores errados e/ou campos usados indevidamente;
- registros de autoridades desmembradas em subcampos;
- erros de digitação e de ortografia.

### Registros Bibliográficos

- duplicidade de registros bibliográficos;
- problemas na importação de registros de outras base de dados;
- erros ortográficos e de digitação;
- ausência de padronização na pontuação nos registros bibliográficos;
- registros bibliográficos com ausência de subcampos (principalmente o subcampo \$b (editora) do campo 260 (Área da Publicação, Distribuição Descrição, etc.)
- registros bibliográficos sem biblioteca e sem exemplares vinculados;
- campo fixo 008 incompleto (sem edição);
- registros incompletos em relação aos dados;
- áreas de conhecimento não cadastradas ;
- vários campos com indicadores indevidos;

- campos MARC usados indevidamente;
- falta de pontuação.

Discorrendo sobre os problemas encontrados na base e, em busca de minimizar o tratamento indevido de registros bibliográficos e de autoridades, bibliotecários da DITTI Setor de Tratamento da Informação solicitaram que um bibliotecário de cada biblioteca setorial ficasse responsável pelos registros de autoridade de sua unidade acadêmica. No entanto, por vários motivos, entre eles: a não aquisição do CD-ROM com as Bases Avulsas de Autoridades (nomes e assuntos); a prioridade na catalogação de novos itens adquiridos, contribuíram para que o controle de registros de autoridades fosse postergado.

Apesar das diversas ações desenvolvidas com o objetivo de eliminar inconsistências encontradas na base de dados, muitos dos problemas, principalmente em relação ao controle de registros de autoridades ainda persistem. Diante deste cenário e, em busca de ações que minimizem acertos de dados, surgiu a iniciativa de inserir a prática do controle centralizado de entrada de registros de autoridades (nomes, assuntos, títulos e séries) no âmbito tratamento da informação das bibliotecas do SB/UFGM. Este trabalho tem objetivo de apresentar um projeto inicial para implantação do controle centralizado de registros de autoridade que permitirá simplificar a criação e manutenção dos registros bem como melhorar a acessibilidade à informação com eficiência evitando perdas e duplicação.

## 2 Revisão de Literatura

Controle de autoridade e controle bibliográfico são dois lados da mesma moeda, ou seja, o controle bibliográfico é impossível sem o controle de autoridade. Catalogação tem a ver com ordem, lógica, objetividade, indicação precisa e consistência e para tanto necessita de mecanismos que garantam tais atributos.

Segundo Gorman (2003), um registro catalográfico consiste em três partes: o ponto de acesso; a descrição bibliográfica; a localização ou (para recursos eletrônicos) o próprio documento.

O ponto de acesso encaminha o usuário para o registro, a descrição permite ao usuário decidir se os itens descritos são os desejados e a localização conduz o usuário para o documento desejado. Tal formulação simples é a base de toda catalogação.

Para a descrição e localização existem normas internacionais de padronização (ISBD – Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada e AACR2 2002). No entanto, tais normalizações não são parte do controle de autoridade. Assim, o controle de autoridade e de vocabulário se preocupam com os pontos de acesso e sua normalização. Os pontos de acesso têm duas funções básicas: permitir ao usuário localizar um registro e agrupar registros que compartilham características comuns. Por isso, deve ser normalizado. Um autor quando edita uma obra, comumente, não é orientado no sentido de padronizar o registro do seu nome; assim, encontramos uma diversidade de formas de entrada de um mesmo autor. Na maioria dos casos, apenas uma forma do nome é a autorizada e todas as obras desse autor devem receber como entrada esta “forma única.” Os autores escrevem também sob pseudônimos e heterônimos. Uma mesma pessoa pode ter mais de uma entrada de nome, como é o caso do escritor **Fernando Pessoa** que terá entrada de nome pessoal, e pelos seus heterônimos, por exemplo, **Álvaro de Campos**, **Aberto Caieiro**, etc. O princípio básico, ou regra básica é a do capítulo 22 “Cabeçalhos para pessoas,” do Código de Catalogação Anglo Americano (AACR2 2002), onde a entrada deve ser pela forma mais conhecida do nome da pessoa ou a sua forma preferida, seja ela o nome verdadeiro, um pseudônimo, iniciais, um título de nobreza.

Uma base de dados bibliográfica com consistência nos registros que a compõe não deve conter duplicidades, formas diferentes e não autorizadas de nomes, assuntos, títulos uniformes e séries. O controle de autoridades identifica a forma estabelecida para cabeçalhos de nomes, entidades, nomes geográficos, títulos uniformes, títulos de séries e cabeçalhos de assunto de vários tipos e suas combinações. Os registros de autoridade permitem que os usuários encontrem de maneira eficaz as obras de determinado autor, assunto, série e títulos uniformes, ampliando índices de revocação e precisão das buscas no catálogo, com pontos de acesso consistentes e de qualidade.

A forma ideal e recomendada do trabalho do catalogador em relação à criação de registros bibliográficos e de autoridade é relativa aos fatores:

- construir a base de registros de autoridades juntamente com a criação de registros bibliográficos, quando o mesmo ainda não existir na base de dados;
- a equipe de criação dos registros de autoridades deve ser mínima e com habilidades e conhecimentos profundos da situação da base de dados, do funcionamento do *software* adotado, dos instrumentos usados na catalogação e indexação, das fontes de pesquisa, das ações na base que garantam o controle de qualidade e tomada de decisões. A indexação de assuntos exige muitas vezes a assessoria de especialistas e acadêmicos para auxiliar na definição da temática dos recursos bibliográficos.

A agência catalogadora deve decidir como trabalhar com a criação dos registros de autoridade porque existem duas maneiras:

- criar apenas um registro de autoridade com função dupla – cabeçalho de assunto principal e subdivisão de assunto – no caso de termos que podem ser tanto cabeçalho de assunto principal quanto subdivisão de assunto e registros com nota de remissiva ver complexa para aqueles termos que podem ser usados apenas como subdivisão de assunto.
- criar dois registros de autoridade – um para o assunto principal e outro para as subdivisões de assunto, independente da situação acima mencionada.

Um dos fatores importantes do uso do MARC 21- formato para dados de autoridade - é a possibilidade de cooperação dos registros de autoridade entre diversas agências catalogadoras, o que possibilita rapidez e economia no processo de tratamento dos materiais. Segundo Campos (2003), “o controle de registros de autoridades tem como objetivo principal, a criação e manutenção de registros de autoridade que validam o trabalho do catalogador e a qualidade do catálogo e, a provisão de um acesso à informação confiável e consistente.”

O conteúdo do registro de autoridade é de grande importância para o catalogador e para o usuário final, na medida em que dá consistência ao trabalho de pesquisa em torno de um autor (pessoal ou corporativo), título (de séries e título uniforme) embasados no AACR2 2002 ou assunto e suas subdivisões (tópica, geográfica, cronológica e forma) com base na Library of Congress Subject Headings (LCSH) como fonte principal, contendo remissivas para permitir acessos opcionais a nomes de pessoas, de entidades, eventos, nomes geográficos, títulos uniformes. O uso de formas consistentes em pontos de acesso foi consagrado pelos Princípios de Paris (1961), propiciando às bibliotecas a possibilidade de evitar informações inconsistentes para o usuário e facilitar o trabalho do catalogador. Os registros de autoridade passaram a conter notas sobre as fontes utilizadas para estabelecer a forma autorizada ou para explicar a identidade de determinada pessoa de forma a poder distingui-la de outras com nome semelhante.

A criação de um arquivo de autoridade não é simplesmente reunir um grupo de registros de autoridade. Devem ser discutidas

questões sobre o armazenamento do arquivo, eleger os responsáveis pela manutenção e definir uma política de trabalho de autoridade. A política de trabalho de autoridade deve orientar a criação de registros de autoridade e do arquivo de autoridade e os procedimentos ou rotinas dos catalogadores e de outros envolvidos no estabelecimento dos dados de autoridade. (BURGER, 1985).

Controlar autoridades é um trabalho rigoroso de investigação e pesquisa. Para tanto se faz necessário montar uma equipe com especialistas, bibliotecários, material de consulta, enciclopédias, dicionários, aquisição de bases de registros de autoridade, tesouros e bibliografias e até mesmo biografias. É uma tarefa morosa. A centralização do controle de autoridades ajuda na normalização, reprodução e distribuição dos registros de autoridade, uma vez que se tenha por objetivo a recuperação mais eficiente da informação. Segundo Mercadante ([2008?]), as vantagens em uma catalogação centralizada são:

- catalogar a obra uma única vez;
- redução de custos com mão-de-obra, material e tempo;
- interpretação uniforme dos códigos;
- possibilidade de criar um catálogo único;
- rapidez tanto na recuperação como na disseminação.

O controle centralizado de registros de autoridade consiste em um trabalho de cooperação entre os profissionais, onde o trabalho realizado por uma equipe de bibliotecários tem maior probabilidade de ser realizado com um grau elevado de precisão, além de dar consistência ao “catálogo, principal canal de comunicação entre o usuário e o acervo” (MEY, 1995). Segundo Maxwell (2005) um registro de autoridade pode conter também informações de uso para os bibliotecários e para os usuários da biblioteca, mensagens que provem informação adicional para o usuário (por exemplo, notas que auxiliam ou orientem a busca no catálogo) e necessárias aos catalogadores (por exemplo, notas justificando a escolha e forma do ponto de acesso autorizado).

### **3 Materiais e Métodos**

Segundo Pereira (1998), o bibliotecário ao praticar o ato da catalogação, deve ter em mente que esta é a atividade que virá a determinar a recuperação ou não do documento catalogado sendo, portanto, uma atividade que deve ser realizada com plena consciência e seriedade. Para que o processo de catalogação e controle de autoridade desenvolvido pela equipe de bibliotecários do SB/UFMG atinja um grau de excelência, serão apresentados a seguir alguns procedimentos necessários a serem adotados que contribuirão para desenvolvimento das atividades de tratamento da informação e a prática de controle centralizado de autoridade a qual se pretende implantar.

#### **a) Estabelecimento de rotinas e ações**

- elaboração e avaliação de rotinas de acordo com os problemas detectados;
- criar um grupo de bibliotecários para inclusão e correção de autoridades (nomes, assuntos, títulos e séries);

- capacitação deste grupo pelos bibliotecários da DITTI;
- coordenação, avaliação e acertos dos registros de autoridade;
- agrupar todos os registros com o mesmo ponto de acesso;
- fusão de registros de autoridades no catálogo;
- documentar as decisões tomadas e as fontes utilizadas para estabelecer os pontos de acesso;
- registrar todas as formas de ponto de acesso que não a escolhida como remissivas e ou referências;
- acompanhamento dos trabalhos;
- elaboração de relatórios periódicos conforme o andamento do trabalho;
- comunicação mensal ao SB/UFMG sobre as atividades desenvolvidas pelo grupo.

#### b) Capacitação da equipe

- **Curso:** Autoridades: nomes (pessoais, entidades e eventos), assuntos e séries.  
**Objetivo:** atualizar a equipe que irá trabalhar com as autoridades nomes e assuntos nos registros bibliográficos, visando a recuperação da informação e a qualidade da base de dados.

##### **Conteúdo:**

- MAR21: formato para dados de autoridade;
- AACR2 2002 parte II: Pontos de acesso, Títulos Uniformes, Remissivas;
- conhecimento e interpretação das fontes de pesquisa;
- estrutura da Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata;
- estrutura da Library of Congress Authorities online;
- metodologia para atribuição de autoridade no Pergamum;
- consulta aos manuais da Rede Bibliodata;
- termo livre;
- cabeçalhos não localizados nas fontes de pesquisa;
- situação atual da base de dados da UFMG em relação à lista nomes e assuntos e registros de autoridades MARC;
- registros de autoridades de eventos, séries.

#### c) Recursos Necessários

- **Estrutura**
  - Equipe: inclusão de profissionais trabalhando junto a DITTI – Setor de Tratamento da Informação, coordenados pelos bibliotecários da DITTI. Estes bibliotecários deverão ter conhecimento de AACR2 2002, Library of Congress Subject Headings (LCSH), MARC21: formato para dados bibliográficos e MARC21: formato para dados de autoridade.

- **Suporte**

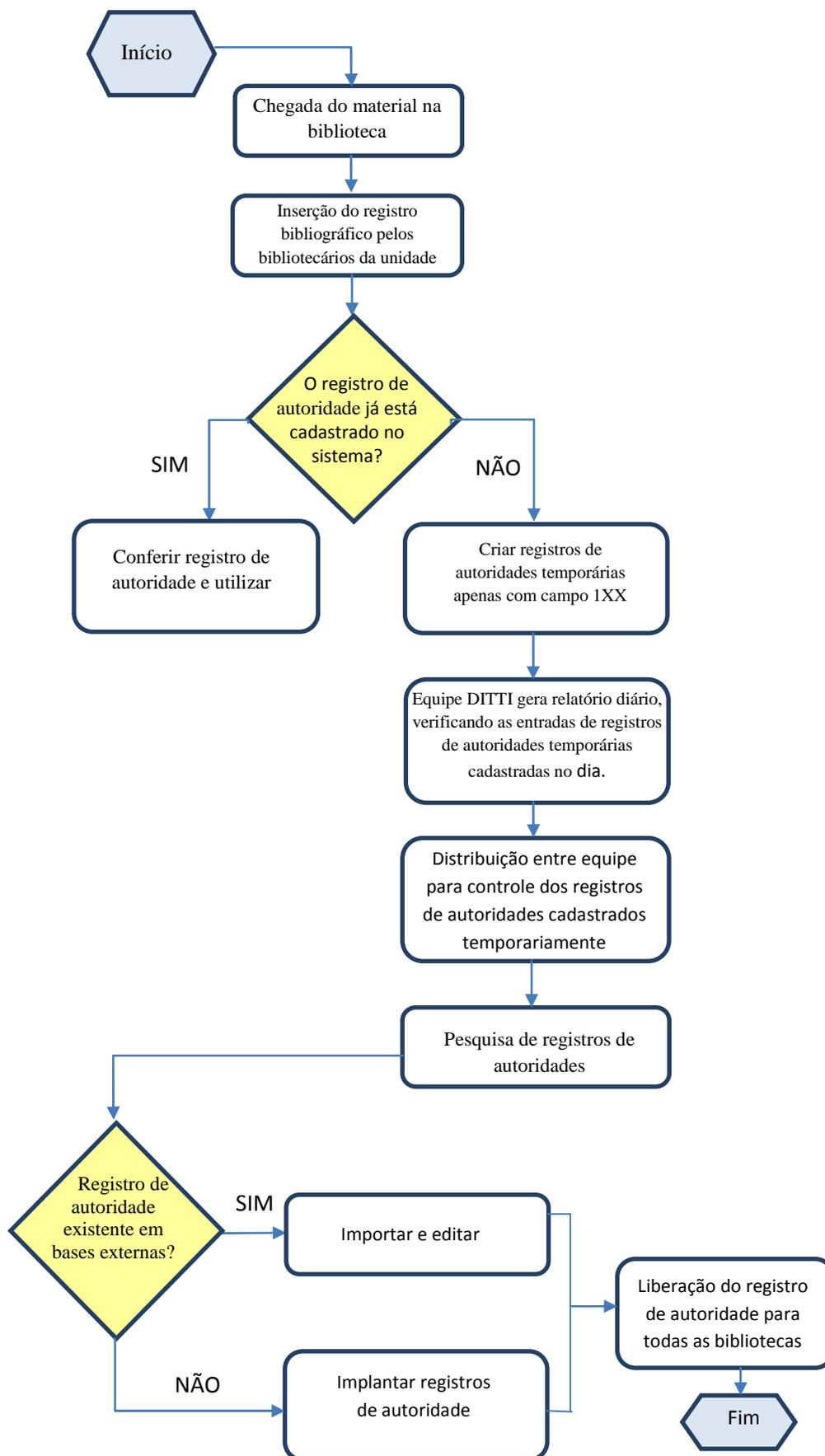
- Especialistas nas diversas áreas;
- Pessoal de apoio (estagiários da Escola de Ciência da Informação);
- Material bibliográfico impresso e online para pesquisa de:
  - assuntos em português, fontes em português: Base de Dados de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata, Biblioteca Nacional;
  - assuntos em inglês: LCSH, The Virtual International Authority File (VIAF) da Online Computer Library Center (OCLC), Library of Congress Authority online;
  - nomes em português: AACR2 2002, Base de Dados de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata, Biblioteca Nacional (Brasil), dicionários, enciclopédias;
  - nomes estrangeiros: Library of Congress Authority, OCLC (VIAF), AACR2 2002 e demais bases de autoridades de bibliotecas nacionais.

- **Equipamentos**

- Computadores, impressoras, material de consumo, etc.
- Espaço físico adequado.

**d) Metodologia : proposta de fluxo para a catalogação centralizada**

**Figura 1 – Fluxo de catalogação centralizada**



#### **4 Resultados Parciais/Finais**

O perfil e a competência dos usuários de informação vêm mudando a medida que acompanham a evolução mundial e inserção de novas tecnologias de informação e comunicação. Isso exige do profissional bibliotecário uma postura pró-ativa e consciência de que toda essa informação deve ser corretamente tratada e, por conseguinte, disponibilizada e recuperada pelo usuário. Espera-se com a introdução da prática de controle de autoridade centralizado no SB/UFMG a excelência no tratamento da informação, o que contará com a união de esforços de profissionais especializados na área de tratamento da informação, formando uma equipe que possa atuar de modo integrado, aprimorando o senso de cooperação, eliminando a duplicação de serviços e trazendo benefícios significativos para toda a instituição suprimindo assim as necessidades informacionais de sua comunidade usuária.

#### **5 Considerações Parciais/Finais**

Conclui-se que o controle de autoridade é básico e vital para a catalogação. Por isso, é fundamental e urgente o trabalho de acertos e criação de registros de autoridades MARC na base de dados do SB/UFMG para garantir a qualidade dos dados e assim assegurar uma informação mais precisa, consistente e confiável.

Assim sendo, torna-se imprescindível que os catalogadores do SB/UFMG sejam capacitados para realização das tarefas e que se forme um grupo específico para tratar as autoridades à parte. Trabalhando juntos os bibliotecários tem maior probabilidade de trocar experiências e crescer profissionalmente com o objetivo de otimização do processo de catalogação, padronização, qualidade dos dados permitindo aos usuários recuperarem de forma eficiente os registros que necessitam.

## 6 Referências

ALVES, R. C. V. **Metadados como elementos do processo de catalogação**, 2010. 132f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BETTENCOURT, A. M. M. (Org.); TACQUES, M. N. M. (Colab.). **Manual para entrada de registros de autoridades em formato MARC**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998. 97 p.

BOZZARELLI, O. **Authority control: teorie, applicazioni e prospettive di sviluppo**. 2004. 129f Tesi (Diploma in Teoria e tecniche della catalogazione e della classificazione) – IndirizzoBibliotecari, Scuola speciale per archivisti e bibliotecari, Università degli Studi di Roma LaSapienza, Roma, 2004. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18400/>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

BURGER, R. H. **Authority work: the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files**. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.

CAMPOS, F. M. **Controlo de autoridade: novos contextos e soluções**. Portugal: Biblioteca Nacional, 2003. Disponível em : <<http://www.purl.pt/331/1/docs/comunicacao/.../controlodeautoridade.doc>>. Acesso em : 05 jul. 2012.

CHAN, L. M. **Library of Congress subject headings: principles and application**. 4<sup>th</sup> ed. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2005. (Library and information science text series).

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2 v.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for revision of AACR2. Ed rev. 2002. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. In: INTERNATIONAL CONFERENCE AUTHORITY CONTROL: definition and international experiences, 2003, Florence. **Papers...** Florence: Sistema Bibliotecario di Ateneo, 2003. Disponível em: <[http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/gorman\\_eng.pdf](http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/gorman_eng.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2012.

JIMÉNEZ PELAYO, J.; GARCÍA BLANCO, R. **El catálogo de autoridades: creación y gestión en unidades documentales**. Gijón: Trea, 2002. MARAIS, H. Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control. 2004. 310 f. Tese (Doctor of literature and philosophy in the subject Information Science) - University of South Africa, Pretoria, 2004. Disponível em: <<http://uir.unisa.ac.za/bitstream/10500/2546/1/thesis.pdf>>. Acesso em 20 nov.2011.

MANUAL autoridades de nomes: metodologia. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

MARC 21 FORMAT FOR AUTHORITY DATA: including guidelines for content designation. Prepared by Network Development and MARC Standards Office, Library of Congress in cooperation with Standards and Support, Library and Archives Canada, Bibliographic Standards and Systems, British Library. 1999 ed. Washington: Library of Congress, Cataloging Distribution Service; Ottawa: Library and Archives Canada, 1999-Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/authority/ecadhome.html>> Acesso em: 31 jul. 2012.

MARC 21: formato condensado para dados de autoridade. Tradução e adaptação de Margarida M. Ferreira. 2. ed. Marília: UNESP, 2002. 2 v.

MAXWELL, R. L. **Maxwell's guide to authority work**. Chicago: American Library Association, 2002.

MERCADANTE, M. R. Catalogação centralizada. São Paulo: UNESP, [2008?]. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/renatafl/catalogao-centralizada-314107>> Acesso em: 31 jul. 2012.

MEY, E. S. A. Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 1995.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003.

PACHECO, S. M. G. (Coord.). **Manual de cabeçalhos de assuntos: normas e procedimentos: versão 1.0**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A. C. O uso estratégico do uso das tecnologias em catalogação. **Cadernos da F. F. C.**, Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121-131, 1998.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CORRÊA, R. M. R. **Catalogação: trajetória para um código internacional**. Niterói: Intertexto, 2009.

TAYLOR, A. G. – **Authority control: where it's been and where it's going?** [Southborough, Massachussets: Nelinet, actualiz. 18 Nov. 1999]. Disponível em: <<http://www.pitt.edu/~agtaylor/presentations/NELINET-1999.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

TILLET, B. B. Authority control: state of the art and new perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTHORITY CONTROL: definition and international experiences. Florence, 10-12 Feb. 2003. Disponível em: <[HTTP://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/tillett\\_eng.pdf](http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/tillett_eng.pdf)> Acesso em: 31 jul. 2012.

VIAF: The Virtual International Authority File. Joint project of OCLC Research, Library of Congress and Die Deutsche Bibliothek.

Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/projects/viaf/>> Acesso em: 31 jul. 2012.